

“Eu tendo a minimizar as violências”: ações performáticas dos patriarcados

Carmo, Lorena Azevedo do ¹

RESUMO

O texto parte de um trecho escrito em uma Prova Platô realizada durante o minicurso *Nem toda mulher é bunda, nem toda professora é branca*, na Semana de Integração Acadêmica da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pois além de chamar atenção, junto aos burburinhos, em sala de aula, durante sua realização, e gerar comentários nas folhas da própria prova, abre-se uma fenda para questionar sobre os entendimentos e delimitações do que compreende-se como identidade, tensionando, também, o entendimento acerca dos patriarcados (Lerner, 2019) e suas tecnologias. Assim, o artigo tem por metodologia a análise empírica de capturas oriundas da prova, objetivando desestruturar ideias fixas de violências, seus atores e suas vítimas a partir da ideia de precarização ontológica (Butler, 2018), defendendo a luta coletiva como meio para as múltiplas existências. Como resultado, apesar de não propor uma ideia salvacionista, o artigo implica a necessidade de levantar questionamentos sobre os patriarcados e seus atravessamentos.

Palavras-chave: performatividade; patriarcados; prova platô.

"I tend to minimize the violence": performative actions of patriarchies

ABSTRACT

The text originates from a passage written in a plateau test conducted during the mini-course "Not every woman is a butt, not every teacher is white," at the Academic Integration Week of the Federal University of the State of Rio de Janeiro. Besides drawing attention, amidst the murmurs in the classroom during its execution, and generating comments on the test sheets themselves, it opens a gap to question understandings and delimitations of what is understood as identity, also tensioning the understanding about patriarchies (Lerner, 2019) and their technologies. Therefore, the article's methodology consists of empirically analyzing excerpts derived from the evidence, aiming to deconstruct fixed ideas of violence, its actors, and its victims based on the notion of ontological precarization (Butler, 2018), advocating collective struggle as a means to multiple existences. As a result, although not proposing a salvational idea, the

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Doutora com bolsa DS/CAPES em Educação pelo PPGEdu/UNIRIO e Membro do ConCU/UNIRIO (Grupo de Pesquisa Conversas com Currículos nos Cotidianos das Universidadescolas). Email: lorena.azevedo33@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6172981455445838>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8110-8560>.

article implies the need to raise questions about patriarchies and their intersections.

Keywords: performativity; patriarchies; plateau test.

"Tiendo a minimizar las violencias": acciones performativas de los patriarcados

RESUMEN

El texto parte de un fragmento escrito en una prueba "plato" realizada durante el seminario "No todas las mujeres son trasero, no todas las profesoras son blancas", en la Semana de Integración Académica de la Universidad Federal del Estado de Río de Janeiro. Además de llamar la atención, junto con los murmullos en el aula durante su realización, y generar comentarios en las hojas mismas de la prueba, se abre una grieta para cuestionar los entendimientos y delimitaciones de lo que se entiende como identidad, tensionando también la comprensión sobre los patriarcados (Lerner, 2019) y sus tecnologías. Por lo tanto, la metodología del artículo consiste en el análisis empírico de extractos derivados de la evidencia, con el objetivo de desestructurar ideas fijas de violencia, sus actores y sus víctimas a partir de la idea de precarización ontológica (Butler, 2018), defendiendo la lucha colectiva como medio para las múltiples existencias. Como resultado, aunque no proponga una idea salvacionista, el artículo implica la necesidad de plantear interrogantes sobre los patriarcados y sus intersecciones.

Palabras clave: performatividad; patriarcados; prueba de platô.

INTRODUÇÃO

Este artigo se debruça sobre uma experiência vivida em um evento de divulgação acadêmica realizado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) no segundo semestre de 2023. Como parte do corpo discente da universidade a nível de pós-graduação, na época, a escolha pela realização da Prova Platô em um minicurso de apenas quatro horas de duração se colocou como brecha para a construção de um conhecimento glocal (Süssekind, Merladet, 2022) e contextual, mas pertinente.

O termo *glocal* surge da fusão das palavras "global" e "local", representando a interseção que promove "possibilidades de diálogo,



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262302 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262302>

aprendizado e articulação entre experiências locais de resistência em um determinado território e lutas globais pela defesa de direitos” (Süssekind, Merladet, 2022, p. 206). Esta abordagem não apenas abraça a alteridade, mas também revela as hierarquias presentes, por exemplo.

Assim, é no contexto glocal que as contradições se evidenciam, sendo ele o espaço onde as linhas das opressões globais se convergem e onde, simultaneamente, ocorrem resistências e sobrevivências locais. Em outras palavras, opressões e resistências estão intrinsecamente entrelaçadas. Portanto, “a *glocalização* é simultaneamente o referente da mobilidade e da desigualdade no mundo, da diversidade e das hierarquias, da afirmação e da negação da própria diversidade, da imposição, da indiferenciação e da resistência diferenciadora” (Süssekind, Merladet, 2022, p. 211).

Essa produção tem proporcionado diferentes leituras possíveis dos comentários construídos pelos estudantes. Comentários que extrapolam os temas abordados pelo minicurso diretamente, mas que se aproximam, por não serem pautados pelas professoras presentes, das demandas e temas que atravessam os alunos em diferentes níveis. O trecho que dá origem a discussão promovida por este artigo torna possível questionar a dinâmica de construção e fixação das identidades dos estudantes, mas sobretudo visualizar como essas identidades quando fixadas, habitam ou não as lutas sociais.

Por fixação das identidades, mobilizo entendimentos que visam engessar as existências, aniquilando as diferenças, na tentativa de sufocar os sopros de vida, porém são movimentos mecânicos que não dão conta do que lhes escapam, das existências queers, trans, travestis, não-binários², por exemplo, onde o “ou isso ou aquilo” não funcionam. Afinal, as normas agem sobre nós, estratificam-nos, classificam, posicionam, tentam apagar-nos, desfragmentar, aniquilar, e em mesma medida, também somos construídos por essas normas, em um mundo que se vale delas e que as dicotomiza, sem respeito às diferenças e a possibilidade de alteridade.

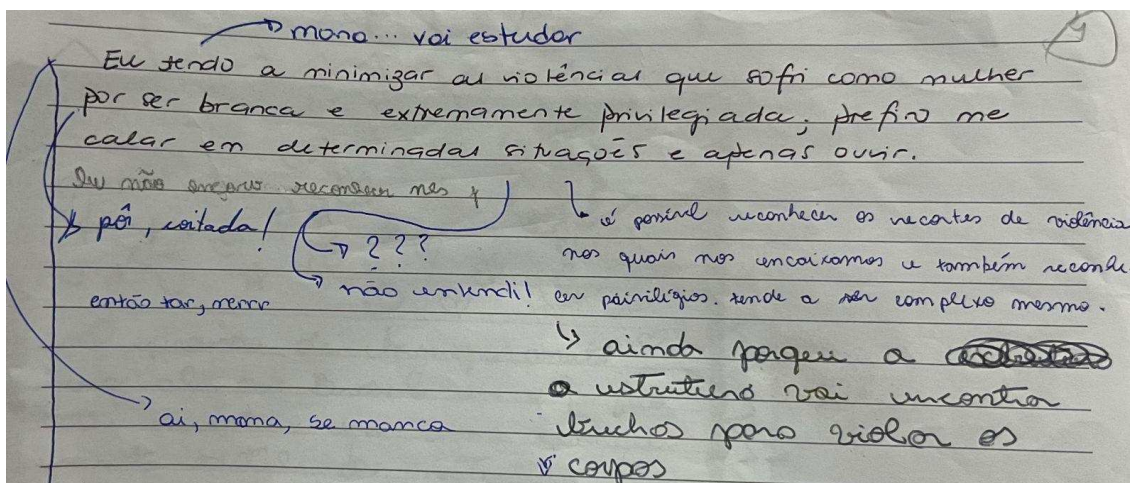
Abaixo, temos a seguinte frase escrita em uma das folhas de prova: “Eu tendo a minimizar as violências que sofri como mulher por ser branca e extremamente privilegiada, prefiro me calar” (PROVA PLATÔ – Oficina: Nem toda mulher é bunda, nem toda professora é branca 2023.2). Esta frase, logo

² Na tentativa de ir contra os binarismos de gênero, faço uso da vogal **E**, principalmente, com o intuito de não demarcar o gênero das pessoas não binárias, no uso da neutralidade de gênero.



após a folha ser trocada impacta diversos estudantes, conforme as setas apontam para o que poderíamos entender por “respostas”.

Figura 1: Fotografia da Prova Platô



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

A escolha por esse trecho não se desliga da construção do minicurso, cuja proposta, partindo das conversas complicadas de Pinar (*apud* Süsskind, 2014) nas/das/com as docências, buscava questionar e identificar ações, políticas e manobras que se assentavam para a precarização do trabalho docente. Como objetivo, a elaboração do minicurso intencionava discutir os currículos da formação e da docência como textos de gênero e raça, partindo da hipótese de que quando as mulheres negras ocupam o espaço da docência, os patriarcados e o branqueamento reagem violentamente na defesa de seus privilégios e territórios. Para acionar aquilo que somente poderia ser construído naquele espaço dinâmico de interação, a conversa foi utilizada como metodologia de pesquisa. Não apenas para horizontalizar o espaço construído naquelas quatro horas, mas também para reforçar que, como criações dos currículos, o minicurso considerava a construção sócio-histórica da docência, por isso levava em conta uma articulação entre o passado e o tempo presente.

Dessa forma, trabalhar com o entendimento de currículo como conversa complicada perpassa pensá-lo para além da produção e valorização dos conhecimentos tradicionais, promovendo o respeito, é entendê-lo como produção contingente de políticas, que busca suprimir as identidades e suas



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262302 [2024]
Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262302>

produções. O Currículo a partir do conceito de conversa complicada de William Pinar, em diálogo com Maria Luiza Sússekind (2014, p. 31), explica que:

É uma conversa porque as pessoas estão falando umas com as outras. E porque os professores falam não só com seus estudantes, mas com seus próprios mentores, suas próprias experiências e com seus conteúdos, pois os conteúdos em si mesmo são conversas.

Minha lente de pesquisa está voltada para o que escapa das normatizações, por isso quando na análise dos produtos do minicurso o trecho selecionado foi identificado, entre tantos outros, foi perceptível que esta escrita incitou fortes reações no grupo presente. Além de ter sido a origem de uma diversidade de comentários negativos, o que levou a questionar enquanto pesquisadora do campo da Educação como encarar a violência narrada, mesmo que minimizada.

A partir do tensionamento do trecho selecionado e ao relatar a experiência vivida em sala de aula com os alunos, essa escrita objetiva questionar como os processos de silenciamento, aqui compreendidos como incontornáveis, ocorrem quando se dinamiza as identidades, e refletir sobre a categorização que ocorre, mesmo que não intencionalmente, a partir do reconhecimento das identidades presentes por seus sujeitos. É importante salientar de que contexto se trata ao apresentar a sala de aula do minicurso, sobre o que discorro ao trazer a dinâmica da Prova Platô e que alunos são esses que contribuíram para a construção desse espaço, assim como para a produção escrita, tanto da aluna quanto dos demais participantes.

Afinal, o que é a Prova Platô?

Não é atual o trabalho com as Provas Platô, cujos arquivos vêm sendo reunidos ao longo de, aproximadamente, sete anos. Corroborando com trabalhos orientados pelas/nas escavações da vida cotidiana, na precariedade ontológica (Butler, 2018) e as conversas complicadas (Pinar *apud* Sússekind, 2014) que permeiam os chãos das turmas de Pedagogia/Licenciaturas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com que, em equipe, trabalhei nas turmas de currículo.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262302 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262302>

A prática metodológica da prova geralmente realizada no final do curso de Currículo, instrui os estudantes a escrever sobre um tema de seu interesse dentro de um período determinado, que é ajustado durante as sessões, sem qualquer orientação da equipe quanto ao tema, a forma, a quantidade e a linguagem empregada nessa escrita. O período definido inicia-se maior, mas pode variar, começando em cinco ou três minutos e terminando com rodadas de apenas um minuto, por exemplo. Ao término do tempo estipulado previamente, os alunos passam seus escritos para o colega ao lado, seguindo para a esquerda, impelindo que o próximo aluno continue, quebre, questione e rabisque a escrita anterior. Essa próxima escrita não deve necessariamente completar a anterior, mas sim refletir o propósito de manter os interesses individuais de cada participante desenvolvidos a partir de conversas, leituras e experiências passadas e presentes, resultando em uma construção de ideias em platôs.

Essa dinâmica em questão foi realizada em um minicurso, ministrado durante o evento anual da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O evento chama-se Semana de Integração Acadêmica (SIA), em que os alunos da universidade que desenvolvem pesquisa em seus diferentes níveis de produção (Iniciação Científica, Atividades de Extensão, alunos Monitores, e pós-graduandos do Mestrado e Doutorado etc.) são chamados a compartilhar seus achados enquanto pesquisadores e a promoverem espaços de produção de conhecimento e ensino, como minicursos e palestras, para além das apresentações orais.

Como parte da contribuição enquanto pós-graduanda³, a construção do minicurso intitulado *Nem toda mulher é bunda, nem toda professora é branca*, que também dá nome a um artigo já publicado, atendia a demandas identificadas em momentos de contato com os estudantes, inicialmente da pedagogia, e posteriormente de diferentes cursos de graduação da UNIRIO, sobre espaços de discussão abertos acerca das condições de formação dos discentes, que perpassam as questões de gênero e raça, principalmente. Essas demandas apareciam nas conversas com as alunas, na crescente e insistente reclamação do contingente feminino em presenciar situações de assédio e abuso nas diferentes esferas de suas vidas.

³ A construção do minicurso foi proposta também pela Prof.^a Dra. Maria Luiza Sussekind, idealizadora e então orientadora do Doutorado da autora e da, então mestranda em Educação, Prof.^a Juliana de Souza Lima, que como colega do mesmo grupo de pesquisa, foi quem esteve presente na realização do minicurso.



As pesquisas desenvolvidas pelas professoras que construíram o minicurso, agora já finalizadas, mostram com profundidade as marcas que atravessam o currículo da formação das professoras que se formam diante de cenários cada vez mais catastróficos, machistas, misóginos e racistas, apoiados nos tentáculos dos patriarcados e do neoliberalismo que engole pautas. Ao propor uma conversa complicada nas/das/com as docências, foi imprescindível reconhecer que alunos estavam presentes. Neste momento, não falávamos com os nossos, professores pedagogos em formação, mas com toda uma gama de licenciandos que demonstraram interesse no minicurso e viam ali a possibilidade de discutir suas formações, suas questões ou que ao menos ficaram intrigados com o título do minicurso. O concreto, todavia, atravessou o proposto e criou para além do intencionado. Permitindo que outras leituras fossem possíveis, que sentidos fossem então inscritos e articulados sobre as narrativas discentes.

Desse modo, seja na pesquisa ou nas aulas, a ideia era enfrentar os silêncios que se mostravam, em sua maioria, ensurdecadores. Na busca por ultrapassar as formas invisibilizadoras de pesquisar, assumi para a realização do minicurso, assim como nas pesquisas que estavam em andamento, os currículos também como criações cotidianas, de maneira a buscar o reconhecimento das múltiplas existências.

Discutir e refletir com os alunos os currículos da formação e da docência como textos de gênero e raça, trabalhando a hipótese de que quando as mulheres negras ocupam a docência, os patriarcados e o branqueamento reagem violentamente na defesa de seus privilégios e territórios é um movimento de aposta construído pelas professoras-pesquisadoras que construíram o minicurso, mas que como narrativa histórica ainda precisa ser amplificada (Süssekind, Carmo, Lima, 2024). Essa aposta não se coloca como um movimento fácil, principalmente com futuros professores em formação.

Afinal, falar sobre esse tema implica falar sobre justiça social, sobre a banalização da morte de determinados corpos, sobre negritude e neoliberalismo, políticas de morte e de esmagamento, em última instância, fala também da coisificação do professor e da crescente desvalorização da docência enquanto profissão, demandas que um minicurso de quatro horas não consegue dar conta. E que, de maneira mais simplista, podem ser apresentadas quando tornamos necessário falar sobre os patriarcados e as formas como este sistema cerceia as existências não normativas, principalmente, na produção e na ocupação de espaços de produção científica.



Diante de um mundo que esmaga as vidas, que torna impossível o dar conta, fomentando existências inalcançáveis, escrever livre na Prova Platô aparece como fazer científico atravessado pelo existir, mas também se constitui como posição política de ouvir. Ouvir demandas, experiências, histórias academicamente irrelevantes, mas que habitam os currículos e que por isso, criam currículos. Percorrer as provas, como metodologia de pesquisa, é apostar em valorizar a existência dos estudantes, a partir dos diálogos que nelas são tecidos, dos conhecimentos não certificados, das conversas entre os estudantes, dos diálogos das oficinas, entre suas biografias, criações e narrativas.

São estes diálogos que nos evidenciam o dissenso, que demarcam posicionamentos identitários, que trazem para esta escrita as diferenças que são inerentes à sociedade, que nos mostram que o que está a margem também nos cerca. Ou seja, mesmo que jogados para depois de uma *linha de não-existência* (Butler, 2015), é impossível isolar ou tentar apagar as pessoas, porque linha não é sinônimo de reta, logo, elas também podem nos cercar e se mostrar como potência, como vida impossível de ignorar.

A Prova Platô é um meio de capturar conhecimentos que estão e sempre estiveram presentes, rodeando-nos. Admitir a captura é importante para refletir que estamos vivendo em uma estrutura que busca controlar e que, também, é difícil de escapar de suas normatizações. Logo, capturo para dar lugar, espaço, vida e ao mesmo tempo perturbar a ordem estrutural estabelecida discursivamente, é um uso (Certeau, 2020) da Prova Platô para se pensar a performatividade.

As provas platô trouxeram de maneira conversada, escrita, rabiscada, desenhada as muitas e violentas realidades nas quais estamos inseridos nos lembrando que a “sociedade cria seus monstros para querer exterminar depois. As mulheres quer abortá, os homi num deixa. Os gay quer adotá, vocês num deixa. Quando a criança cresce vocês quer matá. Vocês são bizarro.” Há resistência por direitos a serem conquistados nas provas, há indignação. As escritas das provas são seccionadas pela luta dos invisibilizados, que alguns tendem a chamar de minoria, mas que muitas vezes, fazem parte da maioria. (Süssekind; Carmo; Nascimento, 2020, p. 5).

Os patriarcados



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262302 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262302>

Os patriarcados, aqui, apoiados nos estudos de Gerda Lerner (2019), são um sistema que se aliou à colonialidade e ao capitalismo, potencializando todas as suas tecnologias de opressão – uma série de práticas que sofrem “melhorias” com o decorrer do tempo, de modo a viabilizar a subordinação feminina através da história. Assim, a hipótese nos estudos de Lerner é que a opressão de mulheres de um mesmo grupo que a precede e torna viável a institucionalização da escravidão como primeira forma de dominação hierárquica na história, nesse sentido, sendo o sequestro, o controle da reprodução e o cárcere, tecnologias largamente desenvolvidas e aperfeiçoadas pelos patriarcados.

A concepção de tecnologia é apresentada aqui com o intuito de ampliar as já diversas formas de opressão que permeiam o sistema patriarcal na sociedade atual, afetando e prejudicando os corpos de maneiras variadas. Esta reflexão considera que as violências se manifestam de maneiras distintas sobre cada indivíduo, que se adaptam aos diferentes contextos temporais e espaciais em que se inserem, manufaturando violências locais (Süssekind, Merladet, 2022) e certas. Reconheço que as violências se manifestam de forma variada em diferentes espaços e tempos, sobrepondo-se e afetando cada pessoa de maneira única.

Dialogando com a historiografia, considero os testes e desenvolvimentos de tecnologias de dominação, entendidas neste trabalho como patriarcados, que subjulgam os corpos há muito tempo na história da humanidade. Essas práticas opressivas evoluíram ao longo do tempo, aprimorando-se como tecnologias de morte (Carmo, 2024).

A existência humana desloca-se diante a organização social, desalinha-se e desobedece, ao compreender os patriarcados em sua multiplicidade e sua constante atualização, percebo que frente a esse “desenvolvimento” se colocam as resistências. Neste artigo, ao mesmo tempo que os currículos são lidos como espaços de tensionamento, criação e miudeza, admite-se também que os currículos atuam com suas raízes patriarcais, colonizadoras e racistas. Ao mesmo tempo que possibilita criações, teimosias, resistências, também possibilita a violência, a normatização, a aniquilação como, por exemplo, o recorte da Prova Platô em destaque.

Mesmo quando resistimos ou quando apoiamos os enredos dos patriarcados cotidianos, as existências não-masculinas brancas eurocênticas



cisnormativas e não deficientes são tornadas inexistentes (Carmo, 2024). Aqui me refiro às existências não-binárias, trans, travestis, queers, dentre tantas outras que ficam de fora da referida. Contudo, essa tentativa não dá conta de apagar os “escapes”. As existências subversivas e o próprio subversivo se encontram nas rachaduras, nas fissuras do concreto, são como as pequenas plantas que crescem e florescem onde a humanidade delimitou que não deveria haver vida.

Elizabeth Macedo (2006), ao defender os currículos como espaço-tempo, explicita a necessidade de compreendermos as relações entre as restrições e possibilidades como paradoxos. Ou seja, a ênfase nos mecanismos de controle limita a exploração dos espaços de resistência e a autonomia da resistência dificulta a compreensão dos processos políticos normatizadores.

Nas fronteiras, durante a realização, principalmente, das provas platô que capturei indícios que consolidam as hipóteses de que os patriarcados, conforme vão se modificando enquanto tecnologias mais se tornam efetivos, são “[...] tramas oblíquas de poder (que) tanto fortalecem certos grupos como potencializam resistências.” (Macedo, 2006, p. 290). Assim, os seus efeitos são plásticos e modificam-se. É o que torna possível minimizar uma violência como o assédio, é o que torna viável regular as violências por baixo e então hierarquizar as vítimas e suas narrativas, dessa forma os patriarcados criam violências, mais e menos aceitáveis.

O “prefiro me calar” então não é apenas mais um silenciamento financiado só pelos patriarcados. Esse é mais um indício de que esse sistema, em uma aliança perversa com as práticas neoliberais de individualização, que vislumbram o apagamento das diferenças, do ideal empático que serve à comparação e a uma meritocracia acirrada na competitividade, situa sobre as mulheres seus próprios alçózes: irei me silenciar antes que o façam. Na escala de opressões estou bem-posicionada, por isso perco o direito de sequer me sentir assediada. Se deparar com esta tomada de decisão urge o questionamento sobre que posicionamento é esse que te torna passível de violência, mas que te impõe o silêncio.

Questões de identidade



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262302 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262302>

A escrita deste artigo caminha sobre linhas tênues, mas demarca aqui seu desinteresse em classificar as dores, considerando que as violências são quantificadas e demarcadas todos os dias. Apenas em 2023, foram registrados 586 feminicídios. Isso significa que, a cada 15 horas, pelo menos uma mulher foi morta no Brasil⁴. Sobre esses dados, ficam nulas as demarcações, mas é irrefutável que as mulheres negras morrem 1,8 mais que as mulheres brancas (IPEA, 2023); que no contexto brasileiro, sua cor define sim a sua probabilidade de chegar à terceira idade, mas que sobretudo, no Brasil, ser mulher demarca estar constantemente em condição vulnerabilizada, precarizada (Butler, 2018) e em risco. Logo, nem a branquitude exime as pessoas das tecnologias violentas dos patriarcados.

O trecho selecionado explicita a característica polifônica dos patriarcados. Ao dizer “Eu tendo a minimizar as violências que sofri como mulher por ser branca e extremamente privilegiada”, as reações dos discentes presentes, posicionados em encruzilhadas distintas, muitos “não privilegiados”, em maioria não brancos, negros e pardos, sequer reconheceu que se tratava da anunciação de violências. Alguns comentários feitos em relação a frase da estudante, foram: “mana... vai estudar”, “ai, mona, se manca” e “white people problem total haha” (PROVA PLATÔ – Oficina: Nem toda mulher é bunda, nem toda professora é branca 2023.2). Essas escritas, que são respostas à primeira frase exposta, corroboram com o fazer da própria aluna, silenciam uma violência que se anuncia em um autossilenciamento, e assim fazem parte dos conhecimentos patriarcais.

A violência dos patriarcados, suas tecnologias, políticas, saberes e fazeres habitam os currículos da formação de professores em sua gênese, eles fomentam e recriam conhecimentos. Para além da formação docente, a criação de um estado nacional brasileiro não foge dessa estrutura. Então, como discentes, professores em formação, atravessados em suas trajetórias pelas violências, pelas demandas e por políticas de estreitamento dos horizontes, ali presentes em busca de um espaço de discussão não autoritário estariam desengajados daquilo que continua a ser pregado como o supérfluo? É uma

⁴ Agência Brasil. **Em 2023, ao menos oito mulheres foram vítimas de violência por dia.**

Disponível em:

[https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-03/em-2023-ao-menos-oito-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-por](https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-03/em-2023-ao-menos-oito-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-por-dia#:~:text=Ao%20todo%2C%203.181%20brasileiras%20registraram,menosprezo%20ou%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20contra%20mulheres.)

[dia#:~:text=Ao%20todo%2C%203.181%20brasileiras%20registraram,menosprezo%20ou%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20contra%20mulheres.](https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-03/em-2023-ao-menos-oito-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-por-dia#:~:text=Ao%20todo%2C%203.181%20brasileiras%20registraram,menosprezo%20ou%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20contra%20mulheres.) Acesso em 27 mar. 2024.



violência, mas é uma violência sobre uma menina branca de uma área abastada, então já é outra coisa.

Quando tensionado pela “vitimização” da autora, é possível perceber uma inferiorização que anula sua dor, por vir de uma pessoa identificada como mulher branca privilegiada – um sentido hegemônico, que deve ser tensionado e, que encerra a mulher branca primeiramente como sujeito branco privilegiado em uma sociedade racista, e secularmente como mulher oprimida em uma sociedade patriarcal. Implicitamente, são respostas que nos dizem que mulheres brancas são lidas a partir de seus lugares de privilégio, e que esse lugar as impede de habitar qualquer categorização que as violentam, e elas, privilegiadas, estão o tempo todo seguras. Essa crença fortalece a ideia de que o feminino branco supostamente ocupa um lugar inalcançável pelos patriarcados, neste trabalho se argumenta que isto se dá por uma das possíveis ações performáticas dos patriarcados.

Defendo que no fazer da pesquisa, criam-se currículos e políticas, e os resultados cruzam fronteiras e deslocam modos paradigmáticos de pesquisar. Parte dos resultados esperados para a investigação, tendo como perspectivas iniciais as subversões e potência do cotidiano é o questionamento dos limites dessas identidades e dos lugares que elas não permitem ocupar dentro de uma lógica classificatória e, algumas vezes, excludentes. Para Zygmunt Bauman,

[...] a identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras. Num dos pólos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro pólo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar as suas preferências e que no final se vêem oprimidos por identidades aplicadas e impostas *por outros* - identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam... (2005, p. 44).

Os cacos dos cotidianos (Hozana, 2020), que são os vestígios deixados pelos estudantes, possibilitam perceber os patriarcados e a precariedade



REVISTA
territórios

Interitórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262302 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262302>

inerente à humanidade (Butler, 2018), e entender que as políticas de identidades não dão conta da totalidade de interações que se dão. Logo, estamos o tempo todo sendo atravessados por diversas violências raciais, etárias, de gênero, de nacionalidade, etc. Reafirmo que essa escrita não invalida, mas sinaliza suas limitações, assim como no caso da discente e seus colegas. A identidade é um campo de diferenças e ambivalências, passível de armadilhas e privações.

Zygmunt Bauman (2005) e Judith Butler (2018) auxiliam esta reflexão com as performatividades e as políticas de identidade na construção de um entendimento de que a definição de uma identidade nacional, por exemplo, pode acarretar na tentativa de apagamento das diferenças, assim como outros tipos de identidades.

[...] o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age - e a determinação de se manter firme a tudo isso - são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade dele” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada (Bauman, p. 17-18).

A busca pelo pertencimento a uma identidade é uma tarefa que visa alcançar o impossível que está em constante devir, porque não ocupamos apenas um lugar, e este lugar não está pronto. Bhabha (2013) explica que a impossibilidade está nas diferenças internas, portanto, a discussão de nação como unidade homogênea é uma ficção, por exemplo. Assim,

Podemos começar questionando a metáfora progressista da coesão social moderna – *muitos como um* – compartilhada por teorias orgânicas do holismo da cultura e da comunidade e por teóricos que tratam gênero, classe ou raça como totalidades sociais que expressam experiências coletivas unitárias” (Bhabha, 2013, p. 232).



Homi Bhabha, também, permite pensar que são agrupamentos homogeneizantes que colocam, por exemplo, a mulher branca como sinônimo de privilégios, que impede a representação de uma mulher negra abastada. Ter ou não privilégios, acompanha, para além da raça, sua colocação econômica, geográfica, o status social que tais entrelaçamentos criam e como eles interagem dentro dos espaços. A violência independe desses demarcadores, somos constantemente precarizadas/es/os, conforme somos realocados pelas linhas dos patriarcados. Ora somos tensionados por nossa classe, ora por nossa raça, dentre outros fatores.

É Judith Butler (2018) quem ajuda a construir uma narrativa que capture os múltiplos recortes de violências, situando a precariedade como inerente à humanidade. Ou seja, a precarização ontológica, e que escapa das normativas que enquadram os patriarcados em violências originárias dos homens cis. Quando, ao ampliar as lentes que auxiliam a investigar os cotidianos, observo que as violências partem de muitos lugares como o caso da escritora da homônima saga de livros *Harry Potter*, que constantemente em suas redes sociais pratica discursos de ódio e transfobia.

A precariedade é a rubrica que une as mulheres, os queers, as pessoas transgêneras, os pobres, aqueles com habilidades diferenciadas, os apátridas, mas também as minorias raciais e religiosas: é uma condição social e econômica, mas não uma identidade (na verdade, ela atravessa essas categorias e produz alianças potenciais entre aqueles que não reconhecem que pertencem uns aos outros) (Butler, 2018, p. 59).

A autora propõe a ideia de que a existência das pessoas é precária devido às normas sociais e políticas que definem quem é reconhecido como humano e digno de consideração. Ela argumenta que essas normas são socialmente construídas e podem resultar na exclusão de certos grupos com base em características como gênero, raça, classe social e orientação sexual. A precarização ontológica sugere que a condição de precariedade não é algo externo ou contingente, mas sim profundamente enraizada na estrutura da sociedade e na forma como as identidades são concebidas e validadas.

Entendendo que os patriarcados são linhas fluidas, que delimitam e posicionam as pessoas dentro dos patriarcados, os assumo como forças que estão sempre em movimento, de acordo com os aspectos presentes. Não há



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262302 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262302>

como medir ou definir de modo estático onde as pessoas se encontram em meio às violências ou sociabilidades cotidianas dentro do sistema. Então, mulheres brancas também sofrem violências e se violentam entre si.

Este texto é para defender que estamos e somos constantemente precarizadas/es/os (Butler, 2018), mesmo que de formas desiguais, pelas longas e inúmeras raízes dos patriarcados. Nada escapa, porque estamos em um jogo que se autoproduz “[...] no qual as regras são contingentes — mas não caóticas — e envolvem relações de poder e de saber” (Veiga-Neto, 2008, p. 24).

O sujeito e a identidade são negociados, construídos performativamente no jogo da linguagem. Assim, vamos construindo performativamente os lugares que ocupamos, de maneira que não podemos nos manter estáticos. Para Butler (2018, p.32), “a performatividade caracteriza primeiro, e acima de tudo, aquela característica dos enunciados linguísticos que, no momento da enunciação, faz alguma coisa acontecer ou traz algum fenômeno à existência.”. Quando delimitamos as existências, apagamos inúmeras vidas.

As normas agem sobre nós. Elas nos navalham diferentemente e conforme vão se modificando, podem tornar-se mais efetivas. Contudo, são falíveis, uma vez a vida transborda em sua multiplicidade. A luta é pela vida, pela existência de todas as vidas.

Além disso, os direitos pelos quais lutamos são direitos plurais, e essa pluralidade não está circunscrita, de antemão, pela identidade; isto é, não constitui uma luta apenas de determinadas identidades, e certamente é uma luta que procura expandir aquilo a que nos referimos quando falamos de “nós” (Butler, 2018, p. 69).

Ao pensar sobre as questões de identidade, dentro do campo da Educação, mais especificamente atravessando as discussões sobre políticas curriculares e o desagendamento da Educação, torna-se incontornável uma reflexão sobre que estudantes (*comuns*) são esses que aprendem igualmente os mesmos conteúdos com as mesmas metodologias de ensino, cujo processo de aprendizagem é independente dos locais que eles ocupam, como também das experiências que vivenciam.



Ao mesmo tempo que temos lutas diárias pela/com as diferenças, mobilizadoras das políticas de acesso às universidades, a tomada de ação de coletivos feministas, de mães estudantes, de coletivos negros e indígenas, por exemplo, em contrapartida, temos a apropriação desses movimentos através da transformação de uma demanda estudantil/social em uma demanda mercantil, em campanhas vazias, na hierarquização do que não pode ser hierarquizado. Na individualização injusta de um problema mais amplo: “eu tendo a minimizar as violências que sofri”.

Os patriarcados alimentam muitos discursos, inclusive aqueles que não tratam da diferença dentro de uma agenda neoliberal na qual somos todos iguais perante a lei, de acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988. Essa igualdade vem há anos esbarrando em muitos lugares, principalmente, no que diz respeito às injustiças que acometem, principalmente, pessoas negras, periféricas, LGBTQIA+, mulheres, dentre outras existências vulneráveis.

A igualdade que nos oferecem, em grande parte, não nos cabe e nos culpabiliza. Isso ocorre através de discursos meritocráticos e conservadores que nos dizem que, se não conseguimos, é porque não nos esforçamos ou porque não estávamos vestidos adequadamente, portanto, solicitamos por abusos nas entrelinhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conversas presentes nas provas são atravessadas, emboladas, nem sempre translúcidas e complicadas. Como cotidianista (Süssekind, 2007; 2012), valorizo o compromisso de fazer com os praticantes (Certeau, 2020), nos e dos chãos das salas de aulas e suas condições de protagonismo e autonomia na criação curricular.

O conhecimento que defendo é rizomático, proveniente da pluralidade, pois “a pluralidade que aqui se faz presente é a da vida cotidiana, que não cabe em um único referencial, em uma única teoria, em uma única verdade; nem em uma única prática metodológica ou cotidiana” (Ferraço; Perez; Oliveira, 2008, p. 16). Rizomático porque, segundo Janete Magalhães Carvalho (2008, p. 127), ele “substitui a lógica binária e hierárquica por uma atenção especial ao espaço [...], ao passo que o tempo não pode ser homogêneo [...]”. É mais uma possibilidade de escavar as existências para além das linhas de opressão.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262302 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262302>

Não tenho a intenção neste trabalho de criar um conhecimento libertador que se pressupõe capaz de superar os patriarcados, muito menos que objective salvar o mundo. No entanto, venho buscando e disputando outras formas de construir diálogos e de fazer pesquisa que possam valorizar saberes não pontuados como essenciais em documentos normativos oficiais, pois estes quando em busca da homogeneização apagam as diferenças e a vida que nelas existem. No cotidiano, as trocas corriqueiras sobre como resistir, burlar e criar são formas de sobreviver.

A prática do minicurso foi um mecanismo para refletir e capturar com/sobre os patriarcados que venho estudando e vivenciando. A realização da Prova Platô pelos estudantes dá destaque aos recortes criados em sala de aula, de forma momentânea, mas que abarca muitos períodos, muitas vivências, porque suas vidas não são deixadas de lado quando vão às aulas. Logo, esta escrita apresenta um esforço em construir um saber “derivado do mergulho” (Oliveira, 2008, p. 105) que aprofunda diferentes formas de existir em ambientes que tentam ser normatizados e normatizadores.

Os patriarcados não permitem que as identidades funcionem, pois um corpo tido como abjeto não habita todos os campos da mesma maneira, logo não existe um estrutura que nos possibilita pensar nas violências sofridas, porque suas dimensões são múltiplas.

[...] a política de identidade não é capaz de fornecer uma concepção mais ampla do que significa, politicamente, viver junto, em contato com as diferenças, algumas vezes em modos de proximidade não escolhida, especialmente quando viver juntos, por mais difícil que possa ser, permanece um imperativo ético e político (Butler, 2018, p. 32).

Aqui, pensa-se a possibilidade de uma teorização que desloque entendimentos tidos como verdades consolidadas, de maneira a viabilizar que as pessoas possam existir, como luta coletiva. Destarte, aceito o risco do texto não permitir conclusões e fechamentos, ou até mesmo de uma certeza metodológica ou epistemológica, porque acredito que a vida cotidiana não seja aprisionável, em outras palavras, é importante que se alfinete (Süssekind; Carmo; Nascimento, 2020), assim como nas provas platô, as injustiças.

REFERÊNCIAS



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262302 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262302>

Bauman, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Butler, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

Butler, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Pp. 29-68.

Bhabha, Homi. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, pp. 227-274, 2013.

Carmo, Lorena Azevedo do. Quebrando os patriarcados com o Conto da Aia: vivências e experiências de uma professora. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Carvalho, Janete Magalhães. Cartografia e cotidiano escolar. In: Ferraço, Carlos Eduardo; Perez, Carmen Lúcia Vidal; Oliveira, Inês Barbosa de. **Aprendizagens cotidianas com a pesquisa**: novas reflexões em pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas. Petrópolis: DP et Alii, 2008. p. 121- 136.

Certeau, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes. Vol.1, 5ª reimpressão, 2020.

Ferraço, Carlos Eduardo; Perez, Carmen Lúcia Vidal; Oliveira, Inês Barbosa de. Diferentes abordagens, temas e modos de ser da pesquisa nos/dos com os cotidianos. In: Ferraço, Carlos Eduardo; Perez, Carmen Lúcia Vidal; Oliveira, Inês Barbosa de. **Aprendizagens cotidianas com a pesquisa**: novas reflexões em pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas. Petrópolis: DP et Alii, 2008. p. 15-22

Hozana, Vinícius. **O que estou fazendo aqui?** Percursos curriculares nos cotidianos da educação básica. Curitiba: CRV, 2020.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Atlas da Violência 2023**: Infográfico. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/6858-atlas-violencia-2023-infografico-v06-1.pdf>. Acesso em 27 mar. 2024.

Lerner, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

Macedo, Elizabeth. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, p. 285-296, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wbctGFsGKm3tJ8bvhFKKfnd/#:~:text=De%20um%20la do%2C%20a%20maximiza%C3%A7%C3%A3o,levar%20a%20uma%20certa%20espontaneidade>. Acesso em 29 mar. 2024.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262302 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262302>

Oliveira, Inês Barbosa. Currículos praticados, emancipação social e democracia no cotidiano da escola: um relato de pesquisa. In: Ferraço, Carlos Eduardo; Perez, Carmen Lúcia Vidal; Oliveira, Inês Barbosa de. **Aprendizagens cotidianas com pesquisa: novas reflexões em pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas**. Petrópolis: DP et Alii, 2008. p.105- 120.

Veiga-Neto, Alfredo. Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo e pós-modernidade/GEPCPÓS: concepções sobre a prática. In: Macedo, Elizabeth; Macedo, Roberto Sidnei; Amorim, Antônio Carlos. (Orgs). **Como nossas pesquisas concebem a prática e com ela dialogam?** Campinas: FE/UNICAMP, 2008. p.23-36.

Süssekind, Maria Luiza; Merladet, Fábio André Diniz. Glocalidade. In: Reis, Graça; Oliveira, Inês Barbosa; Baroni, Patrícia. **Dicionário de pesquisa narrativa**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2022. p. 205-213.

Süssekind, Maria Luiza; Carmo, Lorena Azevedo do; LIMA, Juliana de Souza Lima. NEM TODA MULHER É BUNDA, NEM TODA PROFESSORA É BRANCA. **Cadernos de Educação**, n. 67, p. 01-22, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.tche.br/index.php/caduc/article/view/25237/19303>. Acesso em: 03 jan. 2024.

Süssekind, Maria Luiza; Carmo, Lorena Azevedo Do; Nascimento, Stephanie Duarte Láu. 'Alfinetar': currículos, ódios e gêneros. **REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS**, v. 28, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/71684/44975>. Acesso. 03 jan. 2024.

Süssekind, Maria Luiza. **Quem é William F. Pinar?**. Petrópolis: de Petrus Et Alii, 2014.

Süssekind, Maria Luiza. “O ineditismo dos estudos nos/dos/com os cotidianos: currículos e formação de professores, relatos e conversas em uma escola pública do município do Rio de Janeiro, Brasil”. **E-curriculum**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 1-21, ago. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/766/76623546007.pdf>. ISSN 1809-3876. Acesso em 26 mai. 2019.

Süssekind, Maria Luiza. Teatro de Ações: arqueologia dos estudos nos/dos/com os cotidianos – relatos de práticas pedagógicas emancipatórias, 235f. Tese, UERJ, RJ, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp093504.pdf>. Acesso em: 10 Ago. 2021.

Submissão em 28 de fevereiro de 2024.
Aceite em 07 de maio de 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262302 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262302>

*“Eu tendo a minimizar as violências”:
ações performáticas dos patriarcados*

Internacional. Texto da Licença:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262302 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262302>